

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO.**-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: ---

--- **Um**—APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTARÉM. -----

--- **Três**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS: “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM HABITAÇÃO PRÓPRIA” E “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS”. -----

--- **Quatro**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO MOINHO DE FAU, SITO NO SACAPEITO, NA FREGUESIA DE MARVILA, DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. -----

--- **Cinco**—APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES” ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Adelino José Ribeiro da Cruz, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, António Maurício Morgado d’Avó, Carlos Martinho Barata Cristo, Catarina Fernandes Garcia Correia, Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco,

ACTA Nº. 22/2008
Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2008

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Helder Nuno de Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, José Francisco Pereira Gandarez, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Luís Miguel da Conceição Piedade, Nuno Filipe Brites Pereira Lima, Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra, Nuno Tiago dos Santos Russo, Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca, Ricardo Jorge Batista Filipe e Vicente Carlos Flor Batalha.-----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire (Abitureiras), Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves (Almoster), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto (Gançaria), Carlos Manuel Beirante Gomes Beja (Moçarria), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), João Carlos Pando Fonseca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de São Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (São Salvador), Carlos António Marçal (Marvila), Ricardo Luís da Costa (São Vicente do Paul), Henrique Manuel Cordeiro David (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Tremês), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), Maria Ilda Paulino Lanceiro (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea).-----

--- Justificou a sua ausência:-----

--- Luís Miguel Veiga da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Romeira. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz (PS), Jaime Manuel Teodoro Santos (PSD), Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata (PSD), Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida (PS), Luís Filipe Piedade Valente (PSD) e Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD).-----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Manuel António dos Santos Afonso, Ramiro José Jerónimo de Matos, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Lúcia Corujo Reis Batalha, Clara Cristina Simões Lopes e Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves. -----

--- Ausências:-----

--- Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e Luís Manuel da Graça Batista.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, Carlos Martinho Barata de Cristo e Nuno Tiago dos Santos Russo**, que tomaram posse para ocuparem, respectivamente, os lugares dos senhores Carlos Manuel Luís Catalão, Luís Alberto Ferreira Leitão e da senhora Idália Maria Marques de Menezes Salvador Serrão Moniz, eleitos pela lista do Partido Socialista, que pediram a sua substituição, nos termos legais.-----

--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** dando a palavra à senhora **Ana Marta Rodrigues** que considerou que os Planos Directores Municipais, mais do que um instrumento de planeamento são muitas vezes um factor de constrangimento para as populações. Contudo, certamente ninguém será apologista de um desenvolvimento desenfreado, ao sabor de interesses imobiliários. O que é necessário, em seu entender, são instrumentos de planeamento eficazes que promovam o desenvolvimento integrado e sustentável desses territórios.-----

--- O Plano Director Municipal (PDM) de Santarém, segundo referiu, é ainda um

diploma de primeira geração, desadequado da realidade actual em muitos aspectos. Decorridos mais de dez anos sobre a sua entrada em vigor, impõe-se a sua revisão obrigatória de acordo com o PROT, solicitando ao Executivo que fizesse um ponto de situação sobre a actual revisão do PDM.-----

--- Estranhou que as opções do executivo, em termos do planeamento da cidade vá no sentido oposto às recomendações do estudo elaborado pelo Professor Nunes da Silva, salientando que dos sete planos de pormenor anulados em reunião de câmara, em cinco deles era proposto que fossem apenas objecto de reformulação, enquanto em relação aos outros dois o estudo apontava como planos a prosseguir mediante a introdução de pequenos acertos.-----

--- Destacou que aquilo que se tem assistido é a suspensões avulsas do PDM, por parte deste Executivo, aproveitando para solicitar que seja apresentado a esta Assembleia o relatório sobre a execução dos diversos planos municipais de ordenamento do território.

--- Depois, usou da palavra o senhor **Fernando Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que referiu que ao ter conhecimento de que as obras da Casa da Portagem têm estado paradas, quis saber para quando está prevista a sua conclusão. -----

--- Salientou que o projecto da casa sita no Largo Mayer, património da Câmara Municipal de Santarém, se encontra concluído, perguntando para quando o início e a finalização das obras, salientando que a sua freguesia está muito carenciada de habitações para pessoas de baixos rendimentos. -----

--- Questionou para quando está prevista a finalização do parque de automóveis e a abertura do acesso para entrada na gare da estação. -----

--- Referiu que a Escola Básica número cinco de Santarém está a aguardar as obras de remodelação, considerando importante que essa intervenção ocorra antes do início do próximo ano lectivo. -----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** interveio referindo que amanhã Pernes vai concretizar uma deliberação dos seus órgãos autárquicos, referente a Junho de dois mil e

cinco, salientando que esta Vila vai passar a ter a sua toponímia mais enriquecida. São cinco nomes que se destacaram na vida da freguesia e do concelho, nos últimos cinquenta/sessenta anos do século XX. Eis os nomes de grandes homens e bons amigos:

--- Arnaldo Gonçalves Santos, nascido em mil novecentos e vinte cinco e falecido em dois mil, teve intervenção política na Oposição, tendo sido candidato na lista da CDE pelo Círculo de Santarém, em mil novecentos e sessenta e nove. Depois do Vinte e Cinco de Abril, foi o histórico dirigente local do PS, tendo sido eleito Vereador da Câmara de Santarém (mil novecentos e setenta e seis/mil novecentos e setenta e oito) e Presidente da Junta de Pernes (mil novecentos e oitenta e seis/mil novecentos e oitenta e nove). -----

--- Joaquim Jorge Duarte, "O DIABO", nascido em mil novecentos e trinta e um e falecido em mil novecentos e noventa e um, foi um lutador antifascista, apoiante de Humberto Delgado em mil novecentos e cinquenta e oito, ecologista nato e com razão antes do tempo, foi fundador da CLAPA em mil novecentos e setenta e seis. Militante do PCP, foi um líder popular sempre na primeira linha de defesa do Alviela e dos ideais em que acreditava. -----

--- Manuel da Silva Vieira, nascido em mil novecentos e vinte cinco e falecido em mil novecentos e noventa e nove, militante do MUD Juvenil e do PCP na clandestinidade, depois do Vinte e Cinco de Abril, foi Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia e Presidente da Assembleia de Freguesia, durante três mandatos. Dirigente associativo nas principais instituições da terra foi Presidente da Assembleia-Geral dos Bombeiros de Pernes, desde a sua fundação em mil novecentos e setenta e sete até mil novecentos e noventa e cinco. -----

--- Professor Martinho Vicente Rodrigues criou e dirigiu em Pernes o Colégio Florbela Espanca, nas décadas de sessenta e setenta, tendo-o transformado num pólo de desenvolvimento, debate e modernidade, autêntica universidade livre e aberta. Dele partiu a iniciativa e o processo que solicitou a instalação da Escola Preparatória, que se concretizou em mil novecentos e oitenta. -----

--- Rádio Pernes, fundada em um de Maio de mil novecentos e oitenta, por José Guilherme Paradiz, cujo nome é a homenagem à terra natal do seu director, leva ao mundo os nomes de Pernes e Santarém. Fruto da dinâmica do movimento das rádios piratas, e também da televisão, que à época foi a primeira tentativa de retirar o monopólio à RTP, o que lhe valeu um longo processo judicial, é hoje líder de audiências e um fenómeno comunicacional popular que presta um reconhecido serviço público às populações.-----

--- Destacou que estes cinco nomes são estímulo e exemplo, e trazem uma vez mais ao primeiro plano da opinião pública as potencialidades económicas, culturais, ambientais, sociais e políticas, numa Vila e Freguesia do Concelho de Santarém, que sempre se caracterizou pelo pioneirismo da sua intervenção ao longo dos tempos, de Afonso Henriques ao século XX. Falta cumprir-se o século XXI, cujos alicerces importa desde já construir e consolidar, na esteira da qualidade do seu trabalho e contributo. -----

--- A seguir, no uso da palavra a senhora **Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, que deu conhecimento da forma como decorreram os trabalhos do Encontro Nacional da Rede das Cidades Educadoras que se realizou no passado dia vinte seis do corrente, em Santarém, destacando que a senhora Ministra da Educação fez um enquadramento consistente dos vectores em que assenta o processo de delegação dos poderes, no âmbito da educação. Esta Governante falou também das questões da autonomia do Poder Local e dos princípios da corresponsabilidade e da subsidiariedade, afirmando-se defensora deste processo de transmissão de competências na convicção de que o Poder Local, porque está mais próximo, desempenhará um papel melhor do que o Poder Central. Foi reafirmado ainda, pela senhora Ministra, a importância da autarquia na gestão das escolas de modo a que possa haver uma maior consonância de oportunidades.-----

--- Destacou que ficou assumido por todos que os municípios que se assumam como Cidades Educadoras que não podem limitar-se a fazer aquilo que o Poder Central fazia. O Poder Local assume estes poderes legados para fazer melhor e diferente. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Abílio Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de São

Salvador, que realçou o empenhamento do senhor Presidente da Câmara no processo da variante à Portela das Padeiras, considerando ser esta obra muito importante para as pessoas que necessitam de atravessar a Portela diariamente. -----

--- Informou que se encontra para consulta pública, na sua Junta de Freguesia e nos Paços do Concelho, o estudo de impacto ambiental da alteração ao traçado da Linha do Norte. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Leonel Martinho do Rosário** que felicitou o Executivo Municipal pela iniciativa levada a cabo para dinamizar o Centro Histórico da Cidade com a implementação de esplanadas. -----

--- Salientou existir algum desordenamento da cidade em termos de placas de sinalização e publicidade e, em seu entender, alguma falta de controlo, questionando se está prevista a elaboração de algum regulamento de modo a regular esta matéria. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **João Carlos Fonseca**, Secretário da Junta de Freguesia de São Nicolau, que lamentou aquilo que se passou na última sessão desta Assembleia aquando da votação da Prestação de Contas da Câmara, considerando ser uma falta de gratidão dos Presidentes de Junta do PS para com o actual executivo. -----

--- Referiu que as Juntas nunca foram tratadas, de forma igual, como o têm sido neste mandato, felicitando o executivo municipal pelo trabalho que tem desenvolvido. -----

--- Foi dada, depois, a palavra à senhora **Maria Ilda Lanceiro**, Presidente da Junta de Freguesia do Vale Santarém, que disse ter ficado perplexa com as afirmações produzidas pelo anterior orador, lesivas do bom nome dos Presidente de Junta enquanto representantes das freguesias. -----

--- Considerou que o representante da Junta de Freguesia de S. Nicolau não conhece os outros Presidentes de Junta para fazer este tipo de insinuações, lembrando que estão na cidade da liberdade. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **Luís Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Cima, para manifestar a sua indignação pelas afirmações do representante da Junta de Freguesia de S. Nicolau, salientando que já foi eleito por três vezes consecutivas

com maiorias absolutas, certamente pelo trabalho que tem desenvolvido ao longo destes anos.-----

--- A seguir, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que recordou que há mais de vinte e cinco anos que tem constatado que os Presidentes de Junta, de um modo geral, são pessoas que têm dado o máximo de si mesmo em prol das populações que representam. Salientou que os Executivos, com maior ou menor dificuldade, sempre honraram os seus compromissos para com as Juntas de Freguesia, considerando injustas as afirmações proferidas pelo representante da Junta de Freguesia de S. Nicolau.-----

--- Retomou a palavra o senhor **João Carlos Fonseca**, Secretário da Junta de Freguesia de São Nicolau, para esclarecer que se baseou na sua opinião pessoal nas críticas que teceu, afirmando que reconhece valor aos Presidentes de Junta de Freguesia deste concelho. -----

--- Interveio depois o senhor **Firmino Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Vaqueiros, que lamentou a falta de reconhecimento, por alguns líderes de opinião, pelo esforço realizado pela autarquia no final do ano de dois mil e sete para liquidar as dívidas às Juntas de Freguesia. -----

--- Considerou que as represálias do Governo do PS têm contribuído para a estagnação do Município de Santarém retendo na gaveta ou inviabilizando os processos, nomeadamente a antecipação de receitas.-----

--- Realçou o trabalho desenvolvido pelo actual Executivo em prol da freguesia de Vaqueiros, referindo um conjunto de obras que foram chumbadas pelo Governo algumas delas assumidas pela Câmara. -----

--- Quis saber qual a resposta do Governo para a resolução quer do problema de poluição do Alviela quer das Barreiras de Santarém. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** que lembrou relativamente às represálias do Governo do PS que os problemas do Alviela e das Barreiras de Santarém já existiam quando não havia nenhum governo democrático.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **João Leite** que considerou que de entre um

conjunto de questões sobre as quais se poderia debruçar, não podia deixar de lamentar o resultado da apreciação do Relatório e Contas da Câmara que, em sua opinião, evidenciou uma política pouco séria por parte da oposição, sublinhando que o PS é o principal responsável pela situação financeira do Município de Santarém.-----

--- Destacou com agrado um conjunto de regras que a Câmara lançou em defesa do ambiente, salientando que a JSD está a promover uma campanha de sensibilização ambiental, tendo apresentado ao Executivo Municipal algumas propostas, nomeadamente a aquisição de papel reciclado e a informatização dos documentos de modo a evitar ao máximo a sua impressão.-----

--- Concluiu, congratulando-se com a inauguração das esplanadas no Centro Histórico da Cidade.-----

--- De seguida interveio o senhor **Pedro Malaca** solicitando esclarecimentos em relação ao ponto oito do Relatório do Revisor Oficial de Contas, assim como sobre o número um do ponto dez do mesmo. -----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, que manifestou o seu agrado pela implementação das esplanadas no Centro Histórico felicitando o Executivo por esta iniciativa. -----

--- Salientou que também não gostou da posição dos seus colegas Presidentes de Junta do PS na última sessão da Assembleia, destacando que, apesar de também ter votado contra algumas contas apresentadas por anteriores executivos, sempre soube agradecer as obras realizadas na sua freguesia. -----

--- Foi dada a palavra, a seguir, ao senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que referiu que votou contra o relatório por uma questão política uma vez que havia um conjunto de questões que não estavam claras.-----

--- Afirmou que provavelmente irá sofrer represálias por ter votado contra as Contas do Município, agradecendo, contudo, as obras que têm sido realizadas pela Câmara na sua Freguesia. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** que começou por referir as

verbas transferidas para a freguesia de Alcanhões, salientando que entre dois mil e dois e dois mil e cinco, durante o mandato do executivo do PS, foram transferidos cerca de duzentos e vinte e três mil euros, enquanto em dois mil e seis e dois mil e sete, pelo actual executivo, já foram transferidos mais de trezentos e vinte seis mil euros, apelando ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões para que tenha pudor pois é a freguesia mais beneficiada. -----

--- Informou que o regulamento da publicidade estará concluído até quinze de Julho próximo. -----

--- Salientou que foi com grande prazer que recebeu em Santarém a senhora Ministra da Educação, no âmbito do encontro das Cidades Educadoras, tendo aplaudido a sua brilhante intervenção efectuada neste evento. -----

--- Disse que nunca se sentiu perseguido pelo Governo da Nação salientando ter uma razoável relação institucional com todos os seus membros. -----

--- Adiantou que as compensações provenientes do processo Ota/Alcochete serão assinadas durante o próximo mês de Julho. -----

--- Relativamente às obras na Ribeira de Santarém esclareceu que as mesmas irão recomençar dentro em breve incluindo a Casa da Portagem. -----

--- No que concerne aos Planos de Pormenor referiu que a cidade não pode ficar para sempre agarrada ao marasmo dos retalhos feitos por estes planos de ordenamento, salientando que uma das maiores batalhas levadas a cabo por este executivo tem sido o planeamento a começar pelo PDM, aprovado pelo PS, que se esqueceu das freguesias.---

--- Concluiu, criticando a carta deixada pelo deputado Luís Almeida que coloca em causa a relação entre o Município de Santarém e a Santa Casa da Misericórdia de Santarém. ---

--- Interveio novamente o senhor **Luís Justino**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, que referiu que tem todo o gosto e agradece que a Câmara continue a fazer obra na sua freguesia, manifestando a sua disponibilidade para continuar a colaborar com o executivo. -----

--- A seguir, usou da palavra a senhora **Ana Marta Rodrigues** que perguntou o que é

que vai ser feito nas áreas antes abrangidas pelos planos de pormenor, questionando também qual o ponto de situação em que se encontra a revisão do PDM. -----

--- Recordou que o executivo se encontra no terceiro e penúltimo ano do seu mandato, considerando ser tempo de deixar de imputar responsabilidades ao PS por aquilo que faz ou, principalmente, por aquilo que não faz. -----

--- De seguida, o senhor **Presidente da Câmara** interveio prestando breves esclarecimentos, salientando que irá fornecer a esta Assembleia os relatórios sobre a execução dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. -----

--- Solicitou a palavra o senhor **Pedro Malaca** que referiu que a pergunta efectuada na sua anterior intervenção não foi objecto de resposta. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** que destacou a forma como o actual executivo se tem relacionado com os Presidente de Junta, referindo que enquanto Presidente de Junta também criticou muitas vezes o anterior Presidente de Câmara Rui Barreiro lembrando que era quase impossível fala com ele. -----

--- Disse ainda que os senhores Presidentes de Junta já lhe transmitiram que a posição tinha de ser conjunta e isso, em seu entender, é um sinal que tem de ser entendido. -----

--- Salientou que o Executivo sempre teve uma postura de equidade que irá continuar a manter, mas têm de perceber todos os sinais. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Pedro Malaca** que sublinhou a pergunta formulada na sua primeira intervenção. -----

--- De imediato, o senhor **Ramiro Matos** respondeu que as questões afluídas pelo Revisor Oficial de Contas são muito técnicas. Para estes revisores mesmo havendo uma dívida de médio/longo prazo os pagamentos que são efectuados durante esse ano não devem ser contabilizados como dívida de médio/longo prazo, mas como dívida de curto prazo, salientando ser uma situação formal a que os municípios não estavam habituados, mas que já foi corrigida.-----

--- Quanto ao facto da Câmara não conseguir solver os seus compromissos, disse não ser novidade, referindo não terem dúvidas que o passivo de curto prazo, acumulado ao longo

dos últimos anos, sufoca a tesouraria da Câmara, salientando que o Executivo está a tomar medidas no sentido de solucionar este problema, sublinhando que as Contas apresentadas dão nota disso. -----

--- Seguidamente, a senhora **Ana Marta Rodrigues** procedeu à leitura de dois requerimentos à Câmara Municipal de Santarém que irá entregar na Mesa desta Assembleia. -----

--- Esgotado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- Dada a ausência de oradores neste ponto, o qual não carece de votação, prosseguiu-se com o **PONTO DOIS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de Maio de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.”.-----

--- Usou da palavra a senhora **Dunia Palma** que referiu não haver qualquer objecção, por parte do PS, relativamente ao teor do presente regulamento. Contudo, pareceu-lhe, depois de uma leitura cuidada do mesmo, que o artigo quarenta e três ganharia em clareza se não contivesse também na alínea j) o que está na alínea e) “decalcar letras ou estampas”. Por outro lado, é criada uma classificação nova – a da idade do documento – quando aquilo que está em causa é o arquivo, embora se entenda o sentido da proposta. -----

--- Salientou que todas as siglas do Anexo Um têm a sua explicitação no Anexo Dois, excepto a de “D.O.D.” pelo que recomendou a sua inclusão. -----

--- Interveio depois o senhor **Francisco Madeira Lopes** que considerou que este regulamento contém algumas questões de pormenor semelhantes às colocadas pelo anterior orador. -----

--- Quis saber se está no horizonte do Executivo Municipal recorrer ao *outsorsing* para arquivamento do material do Município. -----

--- Considerou que aquando da fixação das taxas previstas no regulamento, caso estas venham a reflectir no valor o *outsorsing*, dever-se-á, em seu entender, ter em atenção os fins dessas buscas de modo a não criar a inviabilização de estudos. -----

--- A seguir, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que concordou com as sugestões apresentadas pela senhora deputada Dunia Palma. -----

--- Esclareceu que o Município já recorreu a *outsorsing* de documentos menos antigos devido à necessidade de espaço no arquivo dos Paços do Concelho. -----

--- Após o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a Proposta de Regulamento do Arquivo Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO TRÊS – PROPOSTAS DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS: “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM HABITAÇÃO PRÓPRIA” E “ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS”**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte seis de Maio de dois mil e oito, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação das Propostas de Regulamentos Municipais de «Atribuição de Subsídio para Execução de Obras em Habitação Própria» e de «Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos», nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada

pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.”-----

--- Interveio a senhora **Maria Alecta Ferreira**, Primeira Secretária da Mesa, que felicitou o executivo pela proposta apresentada. Considerou que esta iniciativa evidencia de forma muito clara que este executivo assume responsabilidades significativas para melhoria da qualidade de vida dos munícipes procurando proporcionar-lhes melhores condições de habitabilidade.-----

--- Este tipo de apoio, em sua opinião, indica uma outra forma de encarar a habitação social que passa pela requalificação do parque urbano já existente em vez de construir novos bairros sociais que podem indiciar práticas de segregação que não são os mais correctos do ponto de vista humano.-----

--- Considerou que com a aprovação destes regulamentos a atribuição de subsídios passa a ser regulada por critérios e procedimentos do conhecimento de todos.-----

--- Sugeriu que o prazo de seis meses estipulado para o apoio do pagamento de cinquenta por cento da renda mensal, estabelecido na alínea b) do número um do artigo décimo do Regulamento de Atribuição de Subsídio de Arrendamento, possa, no futuro, ser renováveis por iguais períodos enquanto se mantiver a situação de carência que deu origem à concessão do subsídio.-----

--- Usou da palavra, depois, a senhora **Dunia Palma** que sublinhou com apreço a importância dos regulamentos propostos, pois além dos programas de apoio do Estado, a Câmara condensou nos presentes documentos as regras para a atribuição de apoios, quer para a recuperação de habitação própria, quer para o arrendamento.-----

--- Prosseguiu referindo-se ao apoio à recuperação, considerando desnecessária a alínea c) do artigo quarto porque já está referida na alínea b) do mesmo artigo. Também no artigo décimo primeiro sugeriu que o montante a atribuir possa ter a definição anual de acordo com o Plano e Orçamento.-----

--- Quanto ao artigo nono do regulamento do subsídio ao arrendamento apresentou sugestão idêntica à anteriormente formulada em relação à verba máxima a atribuir. Concluiu dizendo no tocante ao artigo décimo que se deveriam contemplar as duas

hipóteses de apoio já que está definido um tecto para esse mesmo.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Eugénio Pisco** que salientou que as autarquias não podem ficar indiferentes aos problemas de habitação e acção social que no seu território se vão colocando. -----

--- Sublinhou que a Lei determina que os apoios devem ser definidos por regulamentos, considerando haver alguma dificuldade com os elementos de prova a apresentar pelos candidatos aos subsídios.-----

--- Referiu, em relação ao subsídio para a recuperação de habitação própria que está mencionado no respectivo regulamento, que a dotação global é a que constar no Orçamento Municipal, enquanto no tocante ao subsídio ao arrendamento não há qualquer referência relativamente àquilo que é a dotação global para fazer face a estas situações.

--- Solicitou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que informou que na próxima segunda-feira irá receber o senhor Presidente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para terminar com o bairro dezasseis de Março. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Vereador Ramiro Matos** que esclareceu que os presentes regulamentos pretendem definir critérios na atribuição de subsídios. -----

--- Sublinhou que estes apoios têm como objectivo ajudar as famílias que por questões pontuais se vêem com dificuldades em conseguir prover a sua habitação, como por exemplo o desemprego temporário, acrescentando que não se está a falar em necessidades permanentes de apoio à habitação. -----

--- Clarificou, relativamente às dotações globais que os apoios para as obras em habitação própria que não forem ao abrigo de programas como o *Rehabita* ou o *Prohabita* as verbas saem directamente do Orçamento da Câmara sem qualquer participação por parte do Governo. Quanto ao apoio ao arrendamento referiu já não ser assim uma vez que a verba vai sendo anualmente estipulada de acordo com a dotação que o Governo fizer conjuntamente com a Câmara.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação as **Propostas de Regulamentos Municipais de “Atribuição de Subsídio para**

Execução de Obras em Habitação Própria” e de “Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos”, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovadas por unanimidade.** -----

--- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO MOINHO DE FAU, SITO NO SACAPEITO, NA FREGUESIA DE MARVILA, DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. ---

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de onze de Fevereiro do presente ano, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação da proposta de desafecção do domínio público do Moinho de Fau, sito no Sacapeito, freguesia de Marvila, nos termos do disposto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Interveio o senhor **José Luís Cabrita** que referiu relativamente à proposta apresentada não ver motivo que justifique a passagem do Moinho de Fau do domínio público para o domínio privado da Câmara. -----

--- Sublinhou a importância da requalificação daquele espaço, contudo, no seu entender, não é motivo para aquilo que é solicitado na proposta, considerando que o Município poderá concessionar o Moinho de Fau sem a presente alteração. -----

--- Depois, usou da palavra o senhor **Carlos Marçal**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, que felicitou o executivo municipal por ter devolvido a esta cidade um espaço nobre da freguesia de Marvila. É uma requalificação que dá ao Moinho de Fau um toque de modernidade adaptando-o à sua envolvente. -----

--- Disse ainda que a sua desafecção permite que este espaço seja arrendado com vista à sua exploração. -----

--- Tomou a palavra, a seguir, a senhora **Ana Marta Rodrigues** que referiu que o Partido

Socialista não tem nada a opor a esta desafecção do Moinho de Fau, contudo gostariam que ficasse salvaguardado que no futuro este espaço não venha a ser alienado. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que não passa pela cabeça de ninguém vender o Moinho de Fau que é um dos símbolos da cidade, à semelhança de outros, lembrando que a venda deste espaço nunca poderia ser feita sem o consentimento do executivo municipal. -----

--- Criticou que a oposição não tenha aplaudido a recuperação do Moinho de Fau, sublinhando que a presente desafecção tem como objectivo rentabilizar o espaço e dar-lhe vida.-----

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que disse saber que o Moinho de Fau faz parte dos símbolos da cidade, sublinhando que a legislação actual não impede que este espaço seja arrendado mesmo estando no domínio público. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Desafecção do Moinho de Fau, sito no Sacapeito, na Freguesia de Marvila, do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Santarém**, nos termos da alínea b), do número quatro, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com quarenta e três votos a favor, três votos contra e zero abstenções. -----

--- **PONTO CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**----

--- Pela CDU foi apresentada a seguinte Moção: -----

--- “A crise petrolífera mundial, afectando o preço de todos os bens e serviços, contribuindo para a crise alimentar mundial que atravessamos, associada à necessidade premente de diversificar o mix energético nacional, reduzir a dependência energética do exterior e reduzir simultaneamente as emissões de gases com efeito de estufa responsáveis pelas alterações climáticas, obriga-nos a buscar soluções alternativas e mais

amigas do ambiente, mormente na área dos combustíveis usados no sector dos transportes. -----

---Sem descurar a importância maior da alternativa do transporte público face ao automóvel particular e do aumento de eficiência/poupança energética, as energias alternativas também têm aqui um papel a desempenhar. -----

--- Sendo que alguns biocombustíveis, designadamente os chamados agrocombustíveis, podem apresentar efeitos secundários, económico-sociais e ambientais extremamente nefastos, o mesmo não acontece com a reciclagem de óleos alimentares usados. -----

--- A recolha e reciclagem de óleos de cozinha, depois de esgotado o seu ciclo de vida, para além de poder ser usado como combustível eficiente, barato e com menores emissões de gases com efeito de estufa, tem ainda outra grande vantagem que é dar uma solução final ambientalmente adequada para um resíduo urbano ou industrial, altamente poluidor e nocivo para o funcionamento das ETAR's caso ocorra o seu despejo para os esgotos. -----

--- Assim, entendendo a CDU ser da maior importância que se faça a recolha e tratamento dos óleos vegetais alimentares usados como forma de promover a reciclagem deste resíduo, valorizando-o energeticamente e ajudar a melhorar o desempenho e a longevidade das ETAR's do concelho, propõe à Assembleia Municipal de Santarém que recomende à Câmara Municipal de Santarém que: -----

--- Um--Promova no Concelho de Santarém o início, o mais breve possível, da recolha para encaminhamento adequado de reciclagem e revalorização de óleos alimentares usados junto de empresas da restauração, cantinas e refeitórios escolares ou outros, indústrias, particulares, etc.; -----

--- Dois--Estude a forma, ambiental e economicamente mais sustentável de promover essa recolha, com a eventual colocação de recipientes de recolha selectiva (óleões), sozinha ou em parceria, dando preferência à possibilidade de transformação (por exemplo pela própria autarquia) e utilização do biodiesel no nosso concelho e na própria frota automóvel e de máquinas da Câmara;-----

--- Três--Encete o diálogo, enquanto Município associado, no âmbito da Resitejo, para que esta estude a possibilidade de promover a recolha de óleos alimentares usados ao nível do território dos dez Municípios envolvidos.-----

--- Santarém, vinte e sete de Junho de dois mil e oito.”.-----

--- Solicitou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que esclareceu que a Câmara já celebrou um protocolo com vista à recolha de óleos usados. -----

--- Depois, interveio a senhora **Vereadora Lígia Batalha** que informou que o Município de Santarém assinou um protocolo com a empresa Oleotorres com vista à recolha de óleos alimentares usados, adiantando que neste momento já se está a proceder à recolha desses óleos em algumas escolas e instituições estando previsto que até final do ano essa recolha abranja todas as escolas do concelho que produzam refeições. -----

--- Usou da palavra, seguidamente, o senhor **João Cabral** referindo que tem por hábito entregar os óleos alimentares usados num restaurante perto de sua casa, sublinhando que os restaurantes são obrigados a receber esses óleos. -----

--- A seguir, o senhor **Francisco Madeira Lopes** interveio agradecendo à Câmara a iniciativa já tomada em relação a esta matéria. No entanto, a presente recomendação vai um pouco mais longe uma vez que propõe a transformação desses óleos e a sua reutilização pela autarquia. -----

--- De seguida, tomou a palavra o senhor **João Carlos Fonseca**, Secretário da Junta de Freguesia de S. Nicolau, salientando que a sua Junta irá proceder, dentro em breve, à recolha de óleos usados, fruto de um acordo celebrado com a AMI para o efeito.-----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **Helder Pombo** que referiu que o PSD concorda com a recomendação em apreço. Todavia, chamou a atenção para a transformação dos óleos usados que tem uma legislação específica para a sua reciclagem. -----

--- Interveio, novamente, o senhor **Presidente da Câmara** que informou que, em matéria de reciclagem, a Câmara durante o próximo ano irá ter reuniões do executivo municipal sem papel através da informatização de toda a documentação que será presente nas referidas reuniões.-----

--- Avançou estar em negociações com a CCDR a possibilidade de se conseguir adaptar

toda a frota de serviço público e municipal a gás natural. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Recomendação** acima transcrita, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro e Cinco**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Carlos Pimenta** que perguntou qual o ponto de situação da variante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco entre as Assacaias e a Nossa Senhora da Saúde.-----

--- Interveio, depois, o senhor **Presidente da Câmara** que informou que a obra ficará protocolada com a REFER, no âmbito do processo do desvio da Linha do Norte, não podendo, no entanto, garantir se as obras da variante à Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco terão início ainda durante o actual mandato.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminado o **Período de Intervenção do Público**. -----

--- Eram zero horas e cinco minutos do dia seguinte quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----